

O Senado precisa fazer nexos

ELIO GASPARI

Amanhã, com seu depoimento ao Conselho de Ética do Senado, vai-se saber até que ponto Antonio Carlos Magalhães será capaz de dissociar o seu futuro do de seu colega José Roberto Arruda. A tentativa de se trocar a cassação do ex-líder do governo pelo ato de contrição da tarde de segunda-feira foi uma trapaça risível. Trata-se de uma daquelas idéias que só prosperam na onipotência de Brasília.

Noves fora a violação do sigilo do painel do Senado, Arruda deveria renunciar ao mandato (ou tê-lo cassado) pelo discurso que fez há uma semana.

Relembrando-o:

"Nunca vi nenhuma lista. Nunca a pedi nem a recebi. Nunca fui informado sobre ela." Ou ainda:

"Desafio essa senhora ou qualquer cidadão a apresentar uma vírgula de prova do meu envolvimento na violação do painel."

Mesmo no seu pungente discurso de segunda-feira, Arruda surpreende ao dizer o seguinte: "Vi o depoimento da doutora Regina Borges. É difícil negar-lhe veracidade."

O problema não é esse. Não é a dificuldade que impede que se negue a veracidade da afirmação de que as avenidas Atlântica e Nossa Senhora de Copacabana são paralelas. É o paralelismo.

O que dificulta a negativa da veracidade é o fato de que ela se ampara na mentira e o senador, tendo-a tentado, fracassou. Vale lembrar que aconteceu o mesmo à ex-diretora do Prodasen. Ela só disse a verdade depois que a viu revelada por um de seus subordinados, Heitor Ledur.

São terríveis os sofrimentos dos homens públicos expostos a situações desse tipo, mas os senadores têm desembaraço suficiente para julgar os outros. Em abril de 1999 o economista Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, foi preso pelo presidente da CPI dos Bancos porque se recusou a assinar o compromisso de que prometia dizer a verdade. Exercia um direito do cidadão, o de não se incriminar. Mais tarde o Supremo Tribunal Federal soltou-o e deu-lhe razão.

O mesmo Senado que determinou a prisão do Francisco Lopes está diante de situações em que a mentira prevaleceu sobre todas as outras modalidades de dissimulação de que é dotada a alma humana.

Pela segunda narrativa de Arruda, na véspera da votação da cassação do senador Luiz Estevão ele estava conversando com ACM, quando deu-se o seguinte:

"Falando de tendências e possibilidade de votos, surgiu a dúvida se esses votos no Senado, quando secretos, eram ou não conhecidos pelos técnicos do Prodasen. Saí do encontro com a incumbência de indagar sobre essa possibilidade à dra. Regina."

Nesse caso é de se admitir que Arruda indagasse à dra. Regina se o sigilo poderia ser quebrado para impedir que isso acontecesse.

De sua conversa com a diretora do Prodasen resulta o seguinte, nas suas palavras, no discurso desta semana:

"É preciso ficar claro que não pedi, muito menos determinei, em meu nome ou no nome do presidente Antonio Carlos Magalhães, que sua senhoria obtivesse a lista. Apenas consultei-a sobre se isso acontecia, se era possível."

Tudo bem. A diretora do Prodasen foi chamada à casa do senador. Ouviu a pergunta e precipitou-se no seguinte processo demencial:

1) Tendo dito ao senador que o sigilo não podia ser quebrado, aterrorizou-se diante da idéia de que as votações secretas tivessem votos secretos. Surtou e saiu por Brasília catando assessores. Passou a madrugada fraudando a programação do painel.

2) No dia seguinte, tendo violado o sigilo, mandou a lista com os votos ao senador Arruda, dentro de um envelope pardo. Coisa de maluca, visto que o senador não lhe pedira coisa alguma.

A partir desse ponto, a crise de demência contagia Arruda. Ele, que havia enlouquecido a funcionária com uma simples consulta, recebe um envelope e vê que contém uma lista resultante da quebra do sigilo da votação. Vai ao gabinete do presidente do Senado. Seria de supor que fosse denunciar a fraude. E seria de supor que o presidente do Senado, ao ver o que havia no envelope, denunciasses a violação e determinasse a abertura de um inquérito. Isso não aconteceu.

Tudo faz mais nexos quando se leva em conta o depoimento do técnico Ivar Ferreira, funcionário do Prodasen, e marido de Regina Borges: Arruda pediu a lista.

Em seu depoimento, o senador Antonio Carlos Magalhães estará jogando o seu mandato popular. Isso porque o Senado joga o seu mandato institucional.

Os senadores conhecem a má fama do seu colega romano Catilina, aquele que abusava da paciência nossa.

Resta saber se pretendem abusar da inteligência alheia.